



Prefeitura da Estância Turística de Tremembé-SP
Comum Aos Cargos De Professor De Educação Básica II
Ensino Fundamental (6° Ao 9° Ano)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	4
Pontuação	11
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	16
Concordância verbal e nominal	27
Regência verbal e nominal	29
Colocação pronominal.....	32
Crase	34
Questões	35
Gabarito.....	46

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática	1
Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador	2
Ms-windows 10: configurações, conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos ms-office 2013 e 2016.....	7
Aplicativos do pacote microsoft office 2016 (word e power point).....	28
Correio eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	45
Navegação na internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas. Uso dos principais navegadores (internet explorer, mozilla firefox e google chrome) ...	50
Aplicativos do google workspace: docs (documentos), forms (formulários), drive (pasta virtual), meet (videoconferência), gmail (e-mail)	56
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware, etc.)	62
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	66
Questões	68
Gabarito.....	77

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

Relação entre educação, escola e sociedade: concepções de educação e de escola .	1
A função social da escola, a educação inclusiva e o compromisso ético e social do educador.....	1
Gestão democrática: a participação como princípio.....	5
Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento pleno do educando.....	7
A integração entre educar e cuidar na educação básica	9
Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, o planejamento e a implementação das ações educativas da escola	12
Construção participativa do projeto político-pedagógico e da autonomia da escola	15
Currículo e cultura: visão interdisciplinar e transversal do conhecimento.....	19
Currículo: a valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais e o combate à desigualdade	24
Currículo, conhecimento e processo de aprendizagem: as tendências pedagógicas na escola	28
Currículo na educação básica: a função da competência leitora e o desenvolvimento dos saberes escolares das diversas áreas de conhecimento.....	31
Currículo em ação: planejamento, seleção, contextualização e organização dos diversos tipos de conteúdos; o trabalho por projetos.....	34
A avaliação mediadora e a construção do conhecimento: acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem.....	47
A mediação do professor, dialogal e problematizadora, no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.....	51
A inerente formação continuada do educador.....	55
A educação escolar e as tecnologias de informação e comunicação (tic).....	57
Questões	61
Gabarito.....	70

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, márcia ângela da silva [et. Al.]. Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social. Brasília: ministério da educação, secretaria de educação básica, 2006.....	1
Arêas, celina alves. A função social da escola. Conferência nacional da educação básica	1
Castro, jane margareth; regattieri, marilza. Relações contemporâneas escola-família. P. 28- 32. In: castro, jane margareth; regattieri, marilza. Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: unesco, mec, 2009.....	2
Coll, César. O construtivismo na sala de aula. São paulo: editora ática, 1999. (Capítulos 4 e 5).....	3

SUMÁRIO



Contreras, José. A autonomia de professores. São paulo: editora cortez, 2002. (Capítulos 3 e 7).....	4
Dowbor, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. Estud. Av. [Online]. 2007, Vol.21, Nº 60, pp. 75-90	6
Fontana, Roseli ap. Cação. Mediação pedagógica em sala de aula. Campinas: editora autores associados, 1996 (primeiro tópico da parte i – a gênese social da conceitualização).....	7
Galvão, Izabel. Expressividade e emoções segundo a perspectiva de Wallon, in: Arantes, Valéria A. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São paulo: summus, 2003.....	8
Garcia, Lenise Aparecida Martins. Transversalidade e interdisciplinaridade.....	9
Hoffman, Jussara. Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento. In: se/sp/fde. Revista ideias, nº 22, pág. 51 A 59.....	10
Libâneo, J.C. Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São paulo: Loyola, 1985. (Capítulo 6)	11
Libâneo, J.C.; Oliveira, J. F.; Toschi, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São paulo: editora cortez, 2003, capítulo iii, da 4ª parte	12
Libâneo, J.C. Didática. São paulo: editora cortez, 2013, capítulos 2,7 e 9.....	13
Mantoan, Maria Teresa Eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: Mantoan, Maria Teresa Eglér (org.). Pensando e fazendo educação de qualidade. São paulo: moderna, 2001	15
Moran, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. In: revista diálogoeducacional, Curitiba, v.4, N.12.P.13-21, Maio/ago.2004	17
Moura, Daniela Pereira de. Pedagogia de projetos: contribuições para uma educação transformadora	19
Piaget, Jean. Desenvolvimento e aprendizagem. Trad. Paulo Francisco Slomp. UFRGS-pead 2009/1.....	21
Queiroz, Cecília T. A. P. De; Moita, Filomena M. G. Da S.C.. Fundamentos sócio-filosóficos da educação. Campina grande; natal: uepb/ufn, 2007. (Mec/seb/seed).....	22
Resende, I. M. G. De. A perspectiva multicultural no projeto político-pedagógico. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998	23
Rios, Teresinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. São paulo: editora cortez, 2001 (capítulos 2 e 3).....	24
Ropoli, Edilene Aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: ministério da educação. Seesp. Universidade federal do Ceará, 2010.....	26
Veiga, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola – uma construção possível. 2.ª ed. Campinas: Papyrus, 1996	27
Vinha, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. Revista do Cogeime, nº 14, julho/99, pág. 15-38.....	28
Weisz, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª ed. São paulo: Ática, 2000, (capítulos 4 e 8).....	29
Zabala, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: artmed, 1998, (capítulo 2).....	31

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

Base nacional comum curricular – versão final (introdução; estrutura da bncc; a etapa do ensino fundamental – o ensino fundamental no contexto da educação básica; a etapa do ensino médio – o ensino médio no contexto da educação básica; a bncc do ensino médio; currículos: bncc e itinerários).....	1
Constituição federal/88 – artigos 205 a 217	55
Lei federal nº 8.069/1990 – Estatuto da criança e do adolescente: artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-b; 53 a 59, 131 a 137	63
Lei nº 13.146, De 6 de julho de 2015: institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) – artigos do 1º ao 30.....	69
Lei federal nº 9.394, De 20/12/96 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	77
Resolução cne/ceb 04/2010 – diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica	109
Resolução cne/ceb 07/2010 – diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos.....	125
Lei complementar nº 391, de 04 de outubro de 2022: dispõe sobre a organização administrativa, plano de cargos e salários e evolução funcional dos servidores públicos do município da estância turística de tremembé e dá outras providências.....	137
Regimento escolar comum da rede municipal de ensino de tremembé	149
Lei complementar nº 391, de 04 de outubro de 2022: dispõe sobre a organização administrativa, plano de cargos e salários e evolução funcional dos servidores públicos do município da estância turística de tremembé e dá outras providências.....	155
Lei complementar nº 390, de 12 de setembro de 2022 - dispõe sobre a reestruturação do magistério público municipal, instituindo o “plano de carreira e de valorização do magistério público municipal da estância turística de tremembé”, e dá outras providências	156
Resolução cne/cp nº 01/2004 – institui diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....	156
Lei nº 11.645, De 10 de março de 2008, que substitui a lei nº 10.639/2003, E tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas como privadas	158
Parecer cne/ceb nº 2/2022, aprovado em 17 de fevereiro de 2022 – normas sobre computação na educação básica – complemento à base nacional comum curricular (bncc).....	158
Questões	159
Gabarito.....	163

SUMÁRIO

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço editorasolucao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**).

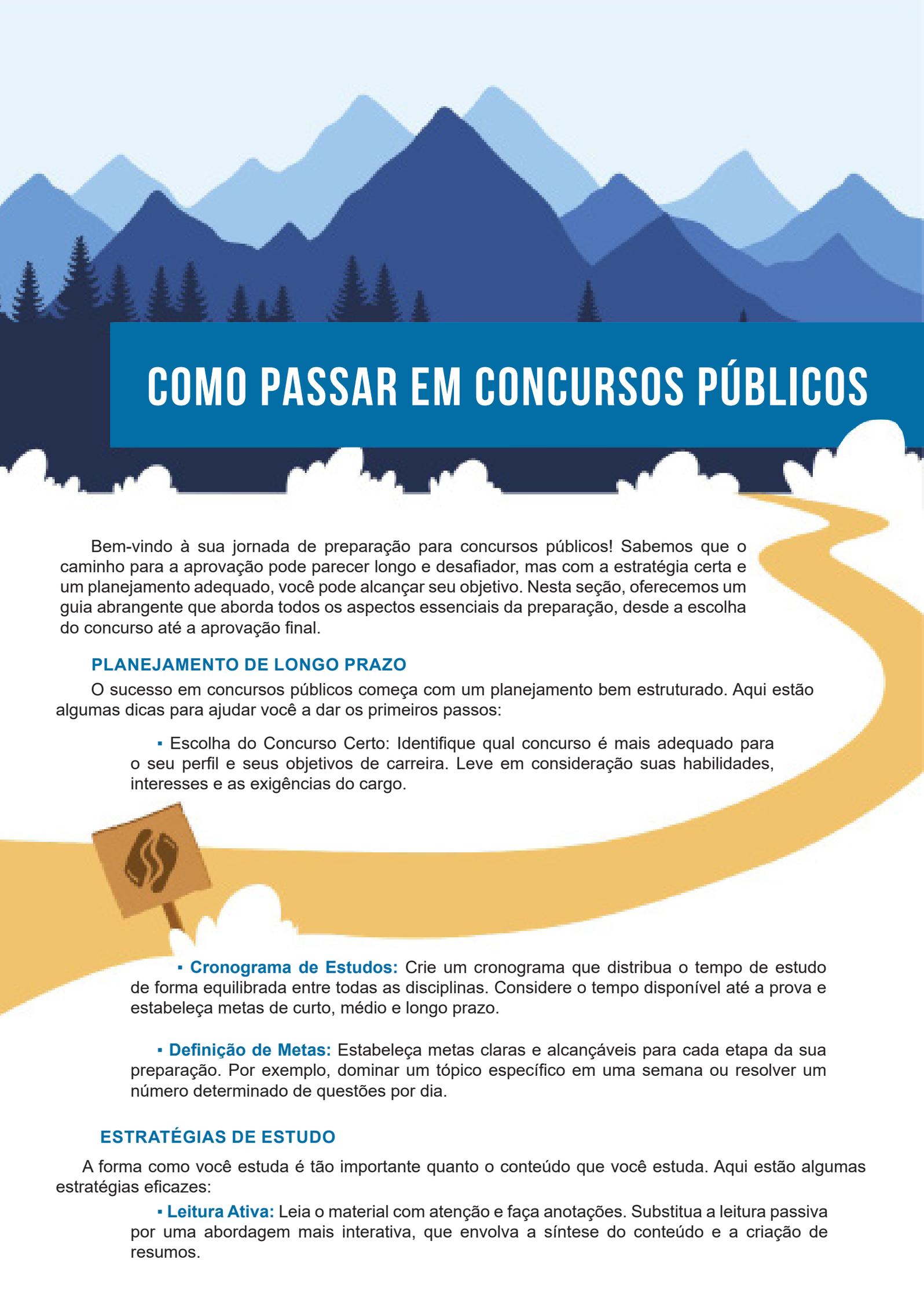


Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o bônus.



Este material segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Solução, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). É proibida a venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a permissão prévia da Editora Solução.

PIRATARIA É CRIME !



COMO PASSAR EM CONCURSOS PÚBLICOS

Bem-vindo à sua jornada de preparação para concursos públicos! Sabemos que o caminho para a aprovação pode parecer longo e desafiador, mas com a estratégia certa e um planejamento adequado, você pode alcançar seu objetivo. Nesta seção, oferecemos um guia abrangente que aborda todos os aspectos essenciais da preparação, desde a escolha do concurso até a aprovação final.

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O sucesso em concursos públicos começa com um planejamento bem estruturado. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a dar os primeiros passos:

- **Escolha do Concurso Certo:** Identifique qual concurso é mais adequado para o seu perfil e seus objetivos de carreira. Leve em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do cargo.



- **Cronograma de Estudos:** Crie um cronograma que distribua o tempo de estudo de forma equilibrada entre todas as disciplinas. Considere o tempo disponível até a prova e estabeleça metas de curto, médio e longo prazo.

- **Definição de Metas:** Estabeleça metas claras e alcançáveis para cada etapa da sua preparação. Por exemplo, dominar um tópico específico em uma semana ou resolver um número determinado de questões por dia.

ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

A forma como você estuda é tão importante quanto o conteúdo que você estuda. Aqui estão algumas estratégias eficazes:

- **Leitura Ativa:** Leia o material com atenção e faça anotações. Substitua a leitura passiva por uma abordagem mais interativa, que envolva a síntese do conteúdo e a criação de resumos.

• **Revisão Espaçada:** Revise o conteúdo de forma sistemática, utilizando intervalos regulares (dias, semanas e meses) para garantir que a informação seja consolidada na memória de longo prazo.

• **Mapas Mentais:** Use mapas mentais para visualizar e conectar conceitos. Esta técnica facilita a compreensão e a memorização de tópicos complexos.

• **Gerenciamento de Diferentes Disciplinas:** Adapte suas técnicas de estudo para lidar com diferentes tipos de disciplinas, como exatas, humanas ou biológicas. Cada matéria pode exigir uma abordagem específica.

GESTÃO DO TEMPO

Uma das habilidades mais cruciais para quem estuda para concursos é a capacidade de gerenciar o tempo de forma eficaz:

• **Divisão do Tempo:** Divida seu tempo de estudo entre aprendizado de novos conteúdos, revisão e prática de questões. Reserve tempo para cada uma dessas atividades em seu cronograma.

• **Equilíbrio entre Estudo e Lazer:** Para manter a produtividade, é essencial equilibrar o tempo dedicado aos estudos com momentos de descanso e lazer. Isso ajuda a evitar o esgotamento e a manter a motivação alta.

MOTIVAÇÃO E RESILIÊNCIA

Manter a motivação ao longo de meses ou até anos de estudo é um dos maiores desafios. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a manter-se firme:

• **Superação da Procrastinação:** Identifique os gatilhos que levam à procrastinação e crie estratégias para enfrentá-los, como dividir tarefas grandes em etapas menores e mais gerenciáveis.

• **Lidando com Ansiedade e Estresse:** Utilize técnicas de relaxamento, como meditação, exercícios físicos e pausas regulares, para manter o bem-estar mental e físico.

• **Manutenção da Motivação:** Defina pequenas recompensas para si mesmo ao atingir suas metas. Lembre-se constantemente do seu objetivo final e das razões pelas quais você decidiu se preparar para o concurso.

À medida que você avança nessa jornada desafiadora, lembre-se de que o esforço e a dedicação que você coloca nos seus estudos são os alicerces para o sucesso. Confie em si mesmo, no seu processo, e mantenha a perseverança, mesmo diante dos obstáculos. Cada pequeno passo que você dá o aproxima do seu objetivo. Acredite no seu potencial, e não se esqueça de celebrar cada conquista ao longo do caminho. A Editora Solução estará com você em cada etapa dessa jornada, oferecendo o apoio e os recursos necessários para o seu sucesso. Desejamos a você bons estudos, muita força e foco, e que a sua preparação seja coroada com o sucesso merecido. Boa sorte, e vá com confiança em direção ao seu sonho!

Bons estudos!





Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



Quanto à **função social da educação**, cabe destacar o entendimento de que a educação é processo e prática social, constituídos e constituintes das relações sociais mais amplas. Essa concepção de educação, além de ampliar espaços, sinaliza a importância de que ela se dê de forma contínua ao longo da vida. Assim, para se concretizar como direito humano inalienável do cidadão, em consonância com o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sua práxis social deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferenciadas demandas, desde que justificadas¹.

Como prática social, a educação tem como loci privilegiados, mas não exclusivos, a escola e os espaços comunitários, entendidos como cenário da garantia de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade enquanto parâmetro para o desenvolvimento das atividades.

Como direito social, avulta, de um lado, a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social (aquela que promove a valorização das diferenças, a igualdade de condições e oportunidades, respeitando as especificidades regionais), para todos e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida, na escola, de crianças, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esse direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades.

Como **função social**, há que reconhecer o papel estratégico da escola e da educação na construção de uma nova ética centrada na vida, na solidariedade, sob uma cultura de paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir, efetivamente, grupos historicamente excluídos: povos tradicionais, negros, povos da floresta, indígenas, mulheres etc.

Ao eleger a qualidade como parâmetro de suas diretrizes, metas, ações, conferindo a ela uma dimensão sócio-histórico-política e, portanto, inclusiva, a constituição do referido sistema vai requerer investimento na educação básica e envolverá questões como: financiamento; inclusão social; respeito à diversidade; gestão democrática e formação e valorização dos profissionais da educação, entre outros.

A consolidação de um sistema nacional de educação não pode ser realizada, sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola. Por isso, sua realização, assim como o cumprimento e atendimento das normas constitucionais que orientam essa tarefa, só será possível através do debate público e da articulação entre Estado, escola e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática, direcionada à participação e à construção de uma cultura de paz.

Assim, os esforços prioritários do sistema nacional articulado de educação devem partir das regiões com baixo IDH, para cumprir ou superar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

No cenário educacional brasileiro, marcado pela edição de planos e projetos educacionais, torna-se necessário empreender ações articuladas entre a proposição e a materialização de políticas, bem como ações de planejamento sistemático. Elas precisam se vincular a uma política nacional para a educação básica, com vistas ao seu acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Outro aspecto de extrema importância na mobilização nacional refere-se à construção de uma política nacional de avaliação, entendida como processo contínuo e que contribua para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, das escolas, tanto as públicas, quanto as privadas, e do processo ensino-aprendizagem, resultando em uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Nesse sentido, é necessário que a construção de um sistema nacional de avaliação amplo considere não apenas o desempenho, o fluxo e a evasão escolar do estudante, mas também as variáveis relativas à infraestrutura das redes de ensino. Tal política não pode se reduzir a instrumentos centralizados de avaliação em larga escala, mas deve, sim, estimular e auxiliar estados e municípios a também implantarem sistemas próprios, que levem em conta a avaliação externa e a autoavaliação das escolas, restringindo seu caráter a diagnóstico, visando à superação de dificuldades na formação dos profissionais da educação.

1 (Adaptado de) Conferência Nacional da Educação Básica – Documento final; 2008.



Bibliografia

O livro “Conselho Escolar e a Relação entre a Escola e o Desenvolvimento com Igualdade Social”, de Márcia Ângela da Silva Aguiar e outros autores, publicado pelo Ministério da Educação em 2006, aborda a importância da gestão democrática na escola e o papel do Conselho Escolar na construção de uma educação que contribua para a igualdade social. A obra enfatiza que a escola não pode ser vista como uma instituição isolada, mas sim como parte de um contexto social mais amplo, onde a participação coletiva é essencial para garantir um ensino de qualidade e mais inclusivo.

O Conselho Escolar é um espaço de decisão e participação que envolve professores, diretores, funcionários, estudantes e famílias, funcionando como um canal para tornar a gestão mais transparente e compartilhada. A obra destaca que, quando há um Conselho atuante e representativo, as decisões sobre a escola são tomadas de forma mais democrática e alinhadas às reais necessidades da comunidade. Dessa maneira, a escola passa a ser um agente transformador da realidade social, contribuindo para reduzir desigualdades e promover a cidadania.

A discussão central do livro gira em torno da relação entre educação e igualdade social. Os autores argumentam que, para que a escola cumpra seu papel de promotora de justiça social, é essencial que todos os atores envolvidos tenham voz e poder de decisão. Além disso, a obra reforça a ideia de que a democratização da escola passa não apenas pela participação dos conselhos escolares, mas também pelo fortalecimento da autonomia das instituições de ensino e pela valorização do diálogo entre escola e comunidade.

Outro ponto relevante abordado no livro é a necessidade de formação e capacitação dos membros do Conselho Escolar, pois, sem conhecimento sobre suas funções e sobre o funcionamento da escola, sua atuação pode ser limitada. O texto também discute os desafios enfrentados na implementação dos Conselhos, como a falta de participação ativa de algumas comunidades e a resistência à gestão democrática em algumas escolas.

Em resumo, a obra destaca o Conselho Escolar como um mecanismo fundamental para garantir que a escola seja um espaço de inclusão, participação e promoção da igualdade social. Ao fortalecer esse órgão e incentivar a participação de todos os envolvidos, a escola se torna mais eficaz na sua função educadora e social, ajudando a construir uma sociedade mais justa. É um material essencial para educadores, gestores escolares e todos aqueles que acreditam na educação como ferramenta de transformação social.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br